



# INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2025  
E RELATÓRIO DE REVISÃO  
DO AUDITOR INDEPENDENTE

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO



METRÔ

## Sumário

Composição do Conselho de Administração .....	3
Relatório do Auditor Independente sobre as informações trimestrais .....	4
Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais.....	6
Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente .....	7
Balancos patrimoniais .....	8
Demonstrações dos resultados .....	10
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Demonstrações dos valores adicionados .....	14
Notas explicativas às informações trimestrais .....	15

## Composição do Conselho de Administração

### Presidente

Milton Frasson

### Membros:

Antonio Julio Castiglioni Neto

Carlos Roberto de Albuquerque Sá

Cleyton Ricardo Batista

Daniel Rodrigues Aldigueri

Fabiano Martins de Oliveira

Gustavo Villaça Vargas Sampaio Braga

Mauro Antônio Gumiero Voltarelli

Rodrigo Bezerra da Silva

Wagner Fajardo Pereira

## RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô  
São Paulo - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô. ("Companhia"), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreende o balanço patrimonial nesta data e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

## Ênfase

### Denúncias envolvendo a Companhia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, itens i, iii e iv, "Denúncias envolvendo o Metrô - Cartel do setor Metroferroviário e Empreiteiras (Operação Lava Jato)", "Impactos decorrentes da delação premiada" e "Sindicâncias Administrativas", respectivamente, às demonstrações financeiras, que apresenta informação sobre cartel, delação premiada de ex-diretor da Companhia celebrada com o Ministério Público Federal e sindicâncias instauradas. Com base no estágio atual de conhecimento dos assuntos pela Companhia, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

## Outros assuntos

### Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesta Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias.

### Revisão dos valores correspondentes

A revisão das informações contábeis intermediárias, relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, apresentados para fins de comparação foram conduzidas sob responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram os relatórios de revisão, contendo parágrafo de ênfase referente a "Delação premiada de ex-diretor da Companhia" e "Dependência econômica do acionista controlador" datado em 09 de maio de 2024.

São Paulo, 08 de maio de 2025.

# Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Informações trimestrais  
Em 31 de março de 2025

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*



## Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revii, discuti e concordei com as informações trimestrais da Companhia referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025.

São Paulo, 8 de maio de 2025.

Antonio Julio Castiglioni Neto  
Diretor-Presidente e Diretor Comercial em exercício

Leandro Kojima  
Diretor de Assuntos Corporativos

Paulo Menezes Figueiredo  
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Fábio Siqueira Netto  
Diretor de Operações

Roberto Torres Rodrigues  
Diretor de Engenharia e Planejamento



## Declaração dos diretores sobre o parecer do auditor independente

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revii, discuti e concordei com a opinião expressada no relatório dos auditores independentes, referente às informações trimestrais da Companhia no período de três meses findo em 31 de março de 2025.

São Paulo, 8 de maio de 2025.

Antonio Julio Castiglioni Neto  
Diretor-Presidente e Diretor Comercial em exercício

Leandro Kojima  
Diretor de Assuntos Corporativos

Paulo Menezes Figueiredo  
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Fábio Siqueira Netto  
Diretor de Operações

Roberto Torres Rodrigues  
Diretor de Engenharia e Planejamento

# Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Balancos Patrimoniais

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo	Nota explicativa	31/03/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	648.751	470.878
Contas a receber	4	135.123	93.090
Estoques	5	202.507	207.106
Tributos a recuperar		12.698	10.664
Outros ativos		28.327	34.436
		<u>1.027.406</u>	<u>816.174</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda		3.547	3.547
		<u>1.030.953</u>	<u>819.721</u>
<b>Não circulante</b>			
Contas a receber	4	6.683	5.628
Caixa restrito	6	38.579	39.038
Depósitos judiciais	7	90.152	109.943
Outros ativos		106.229	97.819
Investimentos		264.557	264.557
Imobilizado	8	43.473.082	42.595.615
Intangível	9	47.890	48.759
		<u>44.027.172</u>	<u>43.161.359</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>45.058.125</u>	<u>43.981.080</u>

# Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Balances Patrimoniais

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Passivo	Nota explicativa	31/03/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	11	487.288	364.923
Debêntures	12	113.149	112.986
Impostos e contribuições a recolher	13	30.644	51.129
Remunerações e encargos a pagar	14	258.945	221.344
Adiantamento de clientes	15	44.781	40.733
Partes relacionadas	16	30.656	30.888
Passivo de arrendamento		4.608	4.189
Outras contas e despesas a pagar		5.347	5.306
		<u>975.418</u>	<u>831.498</u>
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	12	121.855	149.975
Remunerações e encargos a pagar	14	27.727	29.830
Adiantamento de clientes	15	700.198	427.379
Plano de previdência suplementar	17.2	45.869	44.797
Provisão para processos judiciais	18	1.446.587	1.432.317
Partes relacionadas	16	231.340	232.895
Passivo de arrendamento		2.067	3.065
		<u>2.575.643</u>	<u>2.320.258</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	19.2	52.492.032	52.492.032
Adiantamento para futuro aumento de capital	19.2	933.682	-
Ações em tesouraria		(16)	(16)
Ajustes de avaliação patrimonial		129.766	129.766
Prejuízos acumulados		(12.048.400)	(11.792.458)
		<u>41.507.064</u>	<u>40.829.324</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>45.058.125</u>	<u>43.981.080</u>

# Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações de resultados  
Em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota explicativa	31/03/2025	31/03/2024
Receita operacional líquida	20	658.389	609.444
Custo dos serviços prestados	21	<u>(648.252)</u>	<u>(687.973)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		10.137	(78.529)
Receitas (despesas) operacionais	21		
Despesas com vendas		(4.578)	(9.091)
Despesas gerais e administrativas		(265.570)	(247.932)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>6.880</u>	<u>(248)</u>
		<u>(263.268)</u>	<u>(257.271)</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(253.131)</u>	<u>(335.800)</u>
Resultado financeiro, líquido	22		
Receitas financeiras		13.552	34.755
Despesas financeiras		(16.040)	(20.942)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		<u>(323)</u>	<u>90</u>
		<u>(2.811)</u>	<u>13.903</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(255.942)</u>	<u>(321.897)</u>
Imposto de renda e contribuição social Corrente		-	-
Prejuízo do período		<u>(255.942)</u>	<u>(321.897)</u>
Prejuízo do período por ação (em R\$) Básico - ON	24.1	(25,32)	(35,33)

# Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de março de 2025 e 2024

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*



	31/03/2025	31/03/2024
Prejuízo do período	<u>(255.942)</u>	<u>(321.897)</u>
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	<u>-</u>	<u>2.452</u>
Total do resultado abrangente	<u>(255.942)</u>	<u>(319.445)</u>

# Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	48.404.386	-	(16)	99.524	(11.436.960)	37.066.934
Prejuízo do período	-	-	-	-	(321.897)	(321.897)
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	-	-	-	2.452	-	2.452
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	907.808	-	-	-	907.808
Saldos em 31 de março de 2024	48.404.386	907.808	(16)	101.976	(11.758.857)	37.655.297
Saldos em 31 de dezembro de 2024	52.492.032	-	(16)	129.766	(11.792.458)	40.829.324
Prejuízo do período	-	-	-	-	(255.942)	(255.942)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	933.682	-	-	-	933.682
Saldos em 31 de março de 2025	52.492.032	933.682	(16)	129.766	(12.048.400)	41.507.064

# Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos fluxos de caixas  
Em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/03/2025	31/03/2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do período	(255.942)	(321.897)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	208.612	190.915
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	11	16
Juros sobre debêntures	10.760	14.075
Juros sobre arrendamento	153	-
Juros sobre passivo atuarial	1.072	1.401
Provisão e atualizações para contencioso judicial e administrativo, líquida	14.270	41.088
Constituição de perda de crédito esperada	8.156	(1.191)
Provisão participação nos resultados	11.170	10.045
Provisão para perda obsolescência de estoque, líquida	-	10
Resultado líquido ajustado	<u>(1.738)</u>	<u>(65.538)</u>
Varição nos ativos operacionais		
Contas a receber	(51.244)	372.407
Estoques	4.599	(9.694)
Tributos a recuperar	(2.034)	2.260
Depósitos judiciais	19.791	508
Outros ativos	(2.301)	(717)
Varição nos passivos operacionais		
Fornecedores	122.365	(30.771)
Remunerações e encargos a pagar	24.328	(26.313)
Impostos e contribuições a recolher	(20.485)	(21.108)
Adiantamento de clientes	276.867	(726)
Partes relacionadas	(1.787)	(3.636)
Outras contas e despesas a pagar	41	1.235
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>368.402</u>	<u>217.907</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(1.077.858)	(783.837)
Aquisição de intangível	(7.363)	(2.530)
Caixa restrito	459	(993)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(1.084.762)</u>	<u>(787.360)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	933.682	907.808
Amortização do principal sobre debêntures	(28.571)	(28.572)
Pagamento de juros sobre debêntures	(10.146)	(13.714)
Pagamento de arrendamento	(732)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	<u>894.233</u>	<u>865.522</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>177.873</u>	<u>296.069</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	470.878	307.497
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	648.751	603.566
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>177.873</u>	<u>296.069</u>
Transações que não afetaram o caixa		
Fornecedores de ativo imobilizado	-	17.449

# Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos valores adicionados  
Em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/03/2025	31/03/2024
<b>Receitas</b>		
Receita de prestação de serviços e outras	674.278	627.169
Outras receitas	7.468	2.980
Constituição / (reversão) de perda de crédito esperada, líquida	(8.155)	1.263
	<u>673.591</u>	<u>631.412</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custos dos serviços prestados	(109.595)	(104.185)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(71.756)	(100.371)
Perdas com ativos	(81)	(253)
	<u>(181.432)</u>	<u>(204.809)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>492.159</b>	<b>426.603</b>
Depreciação e amortização	(208.233)	(190.915)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>283.926</u>	<u>235.688</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	19.214	38.319
	<u>19.214</u>	<u>38.319</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b><u>303.140</u></b>	<b><u>274.007</u></b>
<b>Empregados</b>		
Remuneração Direta	294.740	273.416
Benefícios	96.383	62.973
F.G.T.S.	21.715	60.142
Outros	56.367	123.239
	<u>469.205</u>	<u>519.770</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais	66.944	50.798
Municipais	498	968
	<u>67.442</u>	<u>51.766</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros e variações monetárias	19.182	20.712
Aluguéis	3.253	3.656
	<u>22.435</u>	<u>24.368</u>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Prejuízo do período	(255.942)	(321.897)
	<u>(255.942)</u>	<u>(321.897)</u>
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b><u>303.140</u></b>	<b><u>274.007</u></b>

## 1 Contexto operacional

A Companhia do Metropolitano de São Paulo ("Companhia" ou "Metrô"), é uma empresa pública com sede social em São Paulo – SP na Rua Boa Vista, nº 175, Bloco B, 7º andar, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo - GESP, com 97,99% das ações ordinárias. A Companhia obteve em 6 de janeiro de 2023, o registro de Companhia Aberta - Categoria B, de acordo com a Resolução Nº 80 da Comissão de Valores Mobiliários "CVM". Nesta condição, a Companhia está autorizada apenas a emitir títulos e valores mobiliários, não podendo negociar suas ações em Bolsa de Valores.

A Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, órgão do GESP, é responsável pelo planejamento e execução da política de transporte urbano de passageiros da região metropolitana de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social, essencialmente:

- Operação comercial de prestação de serviço de transporte metroviário de passageiros;
- Planejamento de redes metroviárias e de transportes para a região metropolitana de São Paulo – RMSP;
- A construção e implementação de novos empreendimentos e sistemas metroferroviários;
- A exploração comercial de negócios adjacentes através dos espaços e ativos metroviários;
- Prestação de serviços e consultoria especializada em tecnologia.

O Metrô possui atualmente 4 (quatro) linhas comerciais em operação na cidade de São Paulo, sendo a Linha 1 – Azul (Jabaquara-Comitê Paralímpico Brasileiro - Tucuruvi), Linha 2 – Verde (Vila Madalena - Vila Prudente), Linha 3 – Vermelha (Corinthians-Itaquera – Palmeiras-Barra Funda) e Linha 15 – Prata (Vila Prudente – Jardim Colonial). Estas linhas operam de forma integradas e, conjuntamente, cobrem 71,4 quilômetros de extensão e transportaram a média de 2,89 milhões de passageiros nos dias úteis do trimestre findo em 31 de março de 2025.

As principais obras em execução são: a extensão da Linha 2 – Verde (trecho Orfanato – Penha), a extensão da Linha 15 – Prata (trecho Ipiranga – Jacu-Pêssego incluindo Pátio Ragueb Chohfi) e a Linha 17 – Ouro (trecho Jd. Aeroporto – Congonhas – Morumbi (CPTM) e Pátio Água Espraiada), no sistema de transporte em monotrilhos.

Linha 4 – Amarela: encontra-se em concessão à iniciativa privada, para o Consórcio ViaQuatro, o trecho Vila Sônia – Luz pelo prazo de 30 anos, com previsão de término em 21 de junho de 2040. A Linha 4 – Amarela faz integração com a Linha 1 – Azul na Estação Luz, com a Linha 2 – Verde na estação Paulista e com Linha 3 – Vermelha na estação República.

Linha 5 – Lilás: encontra-se em concessão à iniciativa privada, para o Consórcio ViaMobilidade, o trecho Capão Redondo – Chácara Klabin pelo prazo de 20 anos, com término em 4 de agosto de 2038. A Linha 5 – Lilás faz integração com a Linha 1 – Azul na Estação Santa Cruz e com a Linha 2 – Verde na estação Chácara Klabin, e fará integração com a futura Linha 17 – Ouro (sistema monotrilho) na estação Campo Belo.

Linha 6 – Laranja: neste modelo, tanto a construção quanto a operação foram concedidas à iniciativa privada pelo GESP. O projeto prevê a ligação entre o bairro de Vila Brasilândia e a estação São Joaquim, já existente na Linha 1–Azul. O prazo de concessão será de 19 anos após a conclusão das obras.

Dependência orçamentária do Governo do Estado de São Paulo:

Com base na Lei estadual nº 18.078 de 03 de janeiro de 2025, que orça a receita e fixa despesa do Estado para o exercício de 2025 (LOA 2025), a Companhia deixou a condição de empresa estatal dependente, nos termos da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e Portaria nº 589, de 27 de dezembro de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional.

A condição de não dependente orçamentária em relação ao Governo do Estado de São Paulo, reforça a capacidade de liquidez da Companhia, em linha com o não recebimento de subvenção do Governo do Estado de São Paulo para custeio das atividades operacionais, durante o exercício de 2024.

Importante destacar que a Companhia está sujeita ao estabelecimento de sua tarifa através de políticas públicas definidas pela Secretaria Transportes Metropolitanos - STM, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.

Entre os principais eventos ocorridos no período de três meses findo em 31 de março de 2025, destacamos:

*i) Apoio as linhas concedidas*

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2025, o Governo do Estado de São Paulo – GESP aportou recursos financeiros, por meio da Lei nº 18.078 de 03 de janeiro de 2025, no montante de R\$ 169.064 (R\$ 189.295 em 31 de março de 2024), como apoio às Parcerias Público-Privadas - PPP, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto das concessões no sistema de arrecadação.

*ii) Reajuste de preços das tarifas públicas de transporte - 2025*

Em 26 de dezembro de 2024, a Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, através do Ofício GS/STM nº427/2024 reajustou, a partir de 06 de janeiro de 2025, a tarifa básica do Sistema Metroferroviário de R\$ 5,00 para R\$ 5,20, um aumento de 4,0%. Esse reajuste é desdobrado para toda estrutura de tarifas aplicadas pela Companhia.

*iii) Indicadores*

No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia possui capital circulante líquido positivo de R\$ 55.535 (R\$ 371.561 negativo em 31 de março de 2024). No período de três meses findo em 31 de março de 2025 apurou prejuízo de R\$ 255.942, e fluxo de caixa operacional positivo de R\$ 368.402. Em 31 de março de 2024, o prejuízo apurado foi de R\$ 321.897 e o fluxo de caixa operacional positivo em R\$ 217.907 em três meses findo em 31 de março de 2024.

Denúncias envolvendo o Metrô – Cartel do setor Metroferroviário e Empreiteiras (Operação Lava Jato)

*i) Cartel do setor Metroferroviário:*

Em 2013, a Procuradoria Geral do Estado, o Metrô e a CPTM propuseram ação judicial contra seis empresas em busca de indenizações decorrentes da prática de cartel na aquisição de trens e sistemas, baseados no acordo de leniência feito pela empresa Siemens junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Os contratos relacionados ao Metrô tratados nesta ação judicial são: concorrência internacional nº 40015212 para extensão da linha 2-Verde e contrato nº 4001521201 para implantação de sistemas para o trecho Ana Rosa - Ipiranga e sistema complementares para o trecho Ana Rosa - Vila Madalena da Linha 2 - verde do Metrô de São Paulo.

A referida ação está em fase inicial, aguardando as citações de todas as empresas demandadas para apresentação de respostas.

O acordo mencionava uma atuação das empresas do setor metroferroviário no mundo, para coordenadamente burlarem a competitividade de mercado, entre 1998 e 2013.

No âmbito do CADE, dentre os casos abordados no Processo Administrativo n. 08700.004617/2013-41, detectou-se a realização das Concorrências 41377212 e 41377213 – que tiveram por objeto a prestação de serviços de modernização de trens com elaboração de projeto executivo e fornecimento de equipamentos para as frotas das Linhas 1- Azul e 3- Vermelha do metrô de São Paulo; concluiu-se pela existência de superfaturamento. Identificou-se, também, a Concorrência 40015212/2005 para execução de projeto executivo, fornecimento e implantação de sistemas para o trecho Ana Rosa – Ipiranga e sistemas complementares para o trecho Ana Rosa – Vila Madalena da Linha 2 – Verde do Metrô de São Paulo; segundo julgado do CADE, tendo sido objeto de acordo anticompetitivo.

Em 10 de julho de 2019, foi proferida decisão pelo CADE condenando empresas pela formação de cartel e apresentados recursos em face da decisão proferida. Houve interposição de recursos de Embargos de Declaração com efeito suspensivo; após análise os recursos foram rejeitados parcialmente. Em 22 de dezembro de 2020 houve o trânsito em julgado do caso perante o CADE.

Em 17 de março de 2023, foi prolatado despacho pela Corregedoria do CADE para informar que o registro da inscrição da sanção aplicada à empresa ALSTOM Brasil Energia e Transporte Ltda. foi suspensa, conforme decisão proferida no seio do processo judicial n. 1050563-97.2020.4.01.3400 (TRF 1 Região).

Diante do curso do processo, a Companhia analisa eventuais reflexos e perdas em seu patrimônio líquido no período findo em 31 de março de 2025, sendo que há expectativa de êxito à Companhia para ressarcimento dos eventuais prejuízos decorrentes da conduta das empresas envolvidas, uma vez que os contratos tidos por irregulares estão incluídos na ação judicial supracitada.

## ii) *Cartel de Empreiteiras – Operação Lava Jato:*

Em 2017, o CADE instaurou processo administrativo n. 08700.003241/2017-81 para apurar a formação de cartel por empreiteiras que atuaram em licitações públicas, incluindo obras de metrô em sete Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal.

A apuração tramita perante autarquia federal e se vale de informações obtidas por meio de acordo de leniência firmado junto àquele Conselho pela construtora Camargo Corrêa e pelo Ministério Público Federal – MPF, tendo a investigação recebido contribuições de desdobramentos da 23ª fase da Operação Lava Jato.

O suposto esquema envolvia cinco empresas principais (“G-5”): Construções e Comércio Camargo Correa S.A.; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A com autorização para operar o equipamento “Shield”, comumente conhecido como “Tatuzão”, utilizado para projetos de construção de túneis metroviários, entre 1998 e 2014. Tais empresas teriam se organizado para a prática de condutas anticompetitivas.

Conforme informação contida no “histórico de conduta” (que faz parte do Acordo de Leniência), de acordo com os signatários, o mercado afetado pelas práticas anticompetitivas descritas abarca projetos de infraestrutura de transporte de passageiros sobre trilhos (em especial metrô e monotrilho) em licitações públicas no Brasil. As práticas relatadas foram, essencialmente, a execução das obras civis, contemplando obra bruta e acabamento e via permanente (não incluindo projetos de sistemas auxiliares, nem a compra ou manutenção do material rodante).

O relato dos signatários do Acordo de Leniência indica a concretização de acordos anticompetitivos para as obras das linhas 2 – Verde (Concorrência nº 40208212) e 5 - Lilás do Metrô (Concorrência nº 41428212).

Por oportuno, em 11 de dezembro 2023, houve a publicação, no Diário Oficial da União, de decisão que determinou a suspensão do Processo Administrativo n. 08700.003241/2017-81 do CADE.

A aludida suspensão deu-se em virtude de ordem judicial proferida no bojo do Mandado de Segurança Cível de nº 1109894-05.2023.4.01.3400 (que tramita na Seção Judiciária do Distrito Federal). Assim, ficou suspenso o processo administrativo do CADE em comento – aplicando-se a todos os representados constantes no processo-, em cumprimento ao comando judicial emitido pela referida autoridade judiciária.

Há uma ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público Estadual, em 2011, que foi julgada procedente em 1º grau e confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Foram interpostos recursos às instâncias extraordinárias pelas empresas. A condenação imposta às contratadas das obras civis da Linha 5 – Lilás, ainda não transitada em julgado, foi no percentual de 17% do valor de cada contrato.

Em janeiro de 2021, a Companhia do Metrô, deu início a um cumprimento provisório do julgado em face das empresas Construtora Andrade Gutierrez S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A; Construtora Queiroz Galvão S.A. e Construtora OAS Ltda., no valor de R\$ 1.502.903, conforme condenação do julgado. A execução, contudo, foi suspensa em 10 de fevereiro de 2021 por decisão do Superior Tribunal de Justiça, não houve atualizações materiais deste a citada data. No estágio atual, aguarda-se o julgamento dos recursos interpostos pelas empreiteiras no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.

### *iii) Impactos decorrentes de delação premiada – Operação Lava Jato*

Durante o terceiro trimestre de 2019, a Companhia tomou conhecimento de que o ex-diretor Sérgio Correia Brasil, firmou acordo de delação premiada junto à Justiça Federal na operação Lava Jato para prestar esclarecimentos sobre fatos ocorridos durante os períodos de licitação e construção das linhas 2 - Verde, 5 - Lilás e 6 - Laranja. Segundo o delator, os episódios envolvendo o pagamento de propina teriam ocorrido entre 2004 e 2014. Embora Sérgio Correia Brasil tenha negociado o pagamento de aproximadamente R\$ 6.600 a título de ressarcimento aos cofres públicos, devido ao fato de o processo tramitar em segredo de justiça, a Companhia ainda não possui elementos materiais que possam ser utilizados como base para qualquer avaliação sobre os impactos decorrentes de eventuais perdas a serem refletidas nas Informações Trimestrais do período findo em 31 de março de 2025.

Houve discussão sobre a competência entre a Justiça Federal e a Justiça Estadual para julgar as ações penais nº 0107992-40.2018.8.26.0050 e 0033961-49.2018.8.26.0050 que tramitavam na esfera Estadual, nas quais o Sr. Sérgio Correa Brasil é réu, tendo sido declarada a competência da Justiça Federal.

O processo nº 0005803-30.2017.4.03.6181, em curso perante a 3ª Vara Criminal Federal, originado por denúncia do Ministério Público Federal contra 14 (quatorze) réus, entre eles o Sr. Sergio Correa Brasil, tendo por objeto suposta prática de ilícitos de corrupção passiva e ativa, e do qual contam acordos de colaboração premiada dos réus e respectivos documentos comprobatórios das práticas ilícitas, encontra-se na fase de instrução, ainda sem decisão de 1ª instância, e que estava em curso em segredo de justiça, teve o sigilo dos autos transferido para os documentos, tendo sido concedida vista de algumas peças processuais. A Companhia do Metrô teve acesso as peças processuais consistentes em respostas dos acusados à denúncia, despachos judiciais, pronunciamentos do Ministério Público Federal, habeas corpus impetrados por alguns dos réus e respectivos julgamentos, mas não lhe foi dado conhecer o Acordo de Colaboração Premiada de seu ex-empregado, nem de seus Anexos, e nem mesmo dos outros réus.

Tendo em vista as decisões favoráveis nos habeas corpus impetrados pelos Réus não colaboradores e por dois réus colaboradores para trancamento da ação penal, sob o argumento que a denúncia estava alicerçada somente em elementos oriundos da palavra de colaboradores, neste momento processual, só restaram no polo passivo cinco Réus que celebraram acordo de colaboração premiada com o MPF: Fábio Andreani Gandolfo; Benedicto da Silva Júnior; Celso da Fonseca Rodrigues; Arnaldo Cumplido de Souza e Sergio Correa Brasil. Logo, não há na ação penal nenhum réu não colaborador O processo criminal está suspenso aguardando o trânsito em julgado do HC impetrado pelo Réu colaborador Anuar Benedito Caram que teve a ordem concedida para trancar a ação penal contra ele e aguarda julgamento do recurso do MPF.

Há uma ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, contra Sergio Correa Brasil, Gilmar Alves Tavares e AVBS Consultoria e Representação – Eireli, processo nº 1037523-40.2018.8.26.0053, 9ª Vara da Fazenda Pública, que tem origem na colaboração feita pelos representantes da empresa Camargo Correa, perante o Ministério Público Estadual, acerca do conluio havido entre as empresas que participaram da licitação para as obras civis da Linha 5 – Lilás (Concorrência nº 41428212). O valor da ação é de R\$ 336.916, com determinação de bloqueio de bens dos réus da ação. O pedido da ação foi julgado procedente, condenando os réus ao pagamento de multa civil equivalente ao acréscimo patrimonial de R\$ 2.500, bem como condenando de forma solidária ao ressarcimento integral do dano material causado, de R\$ 326.915. O recurso de apelação foi provido em parte para adequar o valor da condenação a título de ressarcimento ao Erário, adotando o mesmo percentual adotado no julgamento dos recursos de apelação interpostos nos autos 0041369-29.20188.8.26.0053.

Tendo em vista o apurado em procedimento correccional da Corregedoria Geral da Administração (“CGA”), que o ex-empregado do Metrô Sérgio Correa Brasil teria praticado atos de improbidade com aumento desproporcional de patrimônio, foi proposta ação judicial indenizatória por ato de improbidade, processo nº 1071192-45.2022.8.26.0053, que visa ao reconhecimento da prática de atos ímprobos e ressarcimento de danos, com o pedido de condenação ao perdimento de bens acrescidos ilicitamente pela conduta praticada. O processo está na fase postulatória, com a citação do demandado.

A alta Administração reforça constantemente junto aos colaboradores, clientes e fornecedores seu compromisso de melhoria contínua nos seus programas de controles internos e compliance e vem tomando medidas internas para que haja o reforço de ações que tenham condições de mitigar atos de improbidade ou contrários às regras de governança estabelecidas pela Companhia.

#### iv) *Sindicâncias administrativas*

A Companhia possui sindicâncias administrativas em curso oriundas de denúncias internas ou externas e que podem envolver seus colaboradores ou partes interessadas. Tais processos são abertos para a apuração de supostas irregularidades que, quando concluídas, estabelecem recomendações e planos de ação que são executados pela Administração. Tais conclusões podem levar a Companhia a refletir registros de eventuais perdas apuradas em suas Informações Trimestrais.

## 2 Apresentação das informações trimestrais

### 2.1 Declaração de conformidade, base de preparação e apresentação

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com a norma NBC TG 21 (R4) (demonstração intermediária) e são apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

A emissão dessas informações trimestrais foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de maio de 2025.

As informações trimestrais da Companhia foram elaboradas com base no Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação e estão expressas em milhares de Reais, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;

A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

As informações trimestrais – ITR aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas, práticas contábeis e métodos de mensuração de estimativas adotados e apresentados detalhadamente nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### 3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e bancos - custeio	188.097	8.584
Caixa e bancos - investimento	778	22
Total de caixa e bancos	<u>188.875</u>	<u>8.606</u>
Aplicações financeiras - liquidez imediata		
Aplicações - custeio	411.345	395.471
Aplicações - investimento	48.531	66.801
Total de aplicações financeiras - liquidez imediata	<u>459.876</u>	<u>462.272</u>
Total de custeio	599.442	404.055
Total de investimento	<u>49.309</u>	<u>66.823</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>648.751</u>	<u>470.878</u>

De acordo com o Decreto Estadual nº 60.244/14, as aplicações financeiras da Companhia são administradas pela corretora de valores do SIAFEM ligada à Secretaria da Fazenda – SEFAZ. O perfil de aplicação está voltado a títulos de baixo risco e correspondem a aplicações indexadas pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Parte menor é alocada em fundos de investimento de curto prazo administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. A totalidade dos valores classificados como caixa e equivalentes de caixa é denominada em moeda nacional.

No período findo em 31 de março de 2025, a remuneração média é de 98,24% do CDI. (95,72% em 31 de dezembro de 2024).

# Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às informações trimestrais  
Em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



## 4 Contas a receber

### 4.1 Contas a receber, líquidos

	31/03/2025	31/12/2024
Terceiros	406.707	401.067
Partes relacionadas		
Transporte de passageiros - GESP <sup>(a)</sup>	105.231	61.466
Outros <sup>(b)</sup>	2.830	991
	<u>514.768</u>	<u>463.524</u>
Perda de crédito esperada	<u>(372.962)</u>	<u>(364.806)</u>
Total do contas a receber, líquido	<u>141.806</u>	<u>98.718</u>
Total - circulante	135.123	93.090
Total - não circulante	<u>6.683</u>	<u>5.628</u>

<sup>(a)</sup> GESP e Metrô reafirmaram, em 20 de julho de 2022, um Termo de Acordo visando à recomposição da receita tarifária, decorrente da diferença entre a remuneração contratual paga às concessionárias privadas e a venda de direito de viagem do sistema metroferroviário (tarifa pública). O saldo inclui também os valores referentes a gratuidades legalmente concedidos aos passageiros.

<sup>(b)</sup> No período findo em 31 de março de 2025, inclui o montante de R\$ 1.911 (R\$ 72 em 31 de dezembro de 2024) referente a valores a receber pela Companhia pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP.

### 4.2 Contas a receber vencidos e a vencer

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida de estimativa para perda de crédito, é como segue:

	31/03/2025			31/12/2024		
Circulante e não circulante	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido
A vencer	140.075	(4.690)	135.385	96.028	(4.381)	91.647
Vencidos até 30 dias	4.640	(2.116)	2.524	4.578	(2.619)	1.959
Vencidos de 31 até 60 dias	3.465	(1.695)	1.770	4.151	(2.664)	1.487
Vencidos de 61 até 90 dias	2.716	(1.808)	908	4.053	(2.684)	1.369
Vencidos de 91 até 180 dias	12.135	(10.916)	1.219	11.296	(9.040)	2.256
Vencidos de 181 até 360 dias	23.142	(23.142)	-	18.867	(18.867)	-
Vencidos superiores a 360 dias	328.595	(328.595)	-	324.551	(324.551)	-
Total	<u>514.768</u>	<u>(372.962)</u>	<u>141.806</u>	<u>463.524</u>	<u>(364.806)</u>	<u>98.718</u>
Total - circulante	508.085	(372.962)	135.123	457.896	(364.806)	93.090
Total - não circulante	<u>6.683</u>	-	<u>6.683</u>	<u>5.628</u>	-	<u>5.628</u>

### 4.3 Movimentação da perda de crédito esperada

	31/03/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	(364.806)	(338.514)
(Adições) / reversões	(8.156)	(27.277)
Créditos baixados definitivamente da posição	-	985
<b>Total</b>	<b>(372.962)</b>	<b>(364.806)</b>

## 5 Estoques

	31/03/2025	31/12/2024
Materiais de uso comum e administrativo	4.913	5.287
Materiais de reposição	163.046	166.766
Materiais de consumo geral e manutenção	32.624	33.513
Materiais em poder de terceiros <sup>(a)</sup>	1.387	948
Outros	537	592
<b>Total</b>	<b>202.507</b>	<b>207.106</b>

(a) Trata-se de materiais de giro enviados para terceiros a título de empréstimos, reparos, beneficiamentos e testes.

## 6 Caixa restrito

No período findo em 31 de março de 2025, o montante de caixa restrito é de R\$ 38.579 (R\$ 39.038 em 31 de dezembro de 2024).

O caixa restrito é destinado exclusivamente à garantia aos debenturistas da Companhia, e desta forma possuem restrição de uso, conforme nota explicativa nº 12.

## 7 Depósitos judiciais

	31/03/2025	31/12/2024
Trabalhistas	19.363	18.360
Cíveis	69.453	90.217
Tributários e previdenciários	1.336	1.366
<b>Total</b>	<b>90.152</b>	<b>109.943</b>

Os valores são compostos por depósitos judiciais, depósitos recursais e bloqueios, relativos a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, realizados para garantir a execução de tais ações.

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 26 – Cobertura de seguros. Em 31 de março de 2025, o montante de garantias oferecidas sob a cobertura da apólice é de R\$ 454.356 (R\$ 344.002 em 31 de dezembro de 2024), conforme nota explicativa nº 25.10.

# Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às informações trimestrais  
Em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



## 8 Imobilizado

### 8.1 Composição

	Taxa anual ponderada de depreciação	31/12/2024	Adições <sup>(c)</sup>	Baixas	Transferências	31/03/2025
<b>Custo</b>						
Obras civis <sup>(a)</sup>		22.036.115	39.814	(20)	-	22.075.909
Sistemas <sup>(b)</sup>		11.912.172	49.555	-	-	11.961.727
Terrenos		3.205.967	22.398	-	-	3.228.365
Obras em andamento		12.001.904	832.628	-	87.806	12.922.338
Adiantamentos		940.862	133.463	-	(87.806)	986.519
Bens Móveis - Arrendamento		9.432	-	-	-	9.432
<b>Total</b>		<b>50.106.452</b>	<b>1.077.858</b>	<b>(20)</b>	<b>-</b>	<b>51.184.290</b>
<b>Depreciação</b>						
Obras civis <sup>(a)</sup>	1,25%	(4.168.491)	(81.412)	9	-	(4.249.894)
Sistemas <sup>(b)</sup>	2,90%	(3.339.516)	(118.025)	-	-	(3.457.541)
Bens Móveis - Arrendamento		(2.830)	(943)	-	-	(3.773)
<b>Total</b>		<b>(7.510.837)</b>	<b>(200.380)</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>(7.711.208)</b>
<b>Total imobilizado</b>		<b>42.595.615</b>	<b>877.478</b>	<b>(11)</b>	<b>-</b>	<b>43.473.082</b>

<sup>(a)</sup> Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.

<sup>(b)</sup> Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.

<sup>(c)</sup> As principais adições no período ocorreram nas linhas: 2 – Verde, de R\$ 463 milhões, 17 – Ouro, de R\$ 324 milhões, e 15 – Prata, de R\$ 126 milhões.

	Taxa anual ponderada de depreciação	31/12/2023	Adições <sup>(c)</sup>	Baixas	Transferências	31/03/2024
<b>Custo</b>						
Obras civis <sup>(a)</sup>		21.391.254	9.554	(19.241)	-	21.381.567
Sistemas <sup>(b)</sup>		11.653.376	2.476	-	45.562	11.701.414
Terrenos		3.297.358	2.402	-	-	3.299.760
Obras em andamento		9.466.844	673.072	-	895	10.140.811
Adiantamentos		498.658	96.333	-	(46.457)	548.534
<b>Total</b>		<b>46.307.490</b>	<b>783.837</b>	<b>(19.241)</b>	<b>-</b>	<b>47.072.086</b>
<b>Depreciação</b>						
Obras civis <sup>(a)</sup>	1,25%	(3.799.010)	(82.542)	1.776	-	(3.879.776)
Sistemas <sup>(b)</sup>	2,90%	(2.909.718)	(103.467)	-	-	(3.013.185)
<b>Total</b>		<b>(6.708.728)</b>	<b>(186.009)</b>	<b>1.776</b>	<b>-</b>	<b>(6.892.961)</b>
<b>Total imobilizado</b>		<b>39.598.762</b>	<b>597.828</b>	<b>(17.465)</b>	<b>-</b>	<b>40.179.125</b>

<sup>(a)</sup> Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.

<sup>(b)</sup> Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.

<sup>(c)</sup> As principais adições no período ocorreram nas linhas: 2 – Verde, de R\$ 519.858 e 15 – Prata, de R\$ 75.342 e 17 – Ouro, de R\$ 67.548.

### 8.2 Ativos sob concessão

A Companhia, conjuntamente com o acionista controlador – GESP, pode avaliar eventuais oportunidades de concessão de parte de sua operação de transporte à iniciativa privada.

# Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



O poder concedente é o GESP (responsável pela contrapartida no recebimento da outorga pela concessionária) enquanto o Metrô figura como interveniente, e, findo o período de concessão, conforme previsão contratual, a operação comercial é retomada para a Companhia, sendo utilizados os mesmos ativos de infraestrutura já registrados nas Demonstrações Financeiras como “ativos sob concessão”.

No período findo em 31 de março de 2025, os ativos imobilizados sob concessão são demonstrados a seguir:

	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo de aquisição		31/03/2025
		Linha 4	Linha 5	
<b>Custo</b>				
Obras civis <sup>(a)</sup>		4.416.038	8.146.328	12.562.366
Sistemas <sup>(b)</sup>		1.373.483	2.424.663	3.798.146
Terrenos		221.762	749.851	971.613
Obras em Andamento		46.552	-	46.552
<b>Total</b>		<b>6.057.835</b>	<b>11.320.842</b>	<b>17.378.677</b>
<b>Depreciação</b>				
Obras civis <sup>(a)</sup>	1,25%	(624.542)	(812.142)	(1.436.684)
Sistemas <sup>(b)</sup>	2,90%	(305.520)	(359.272)	(664.792)
<b>Total</b>		<b>(930.062)</b>	<b>(1.171.414)</b>	<b>(2.101.476)</b>
<b>Total do imobilizado sob concessão</b>		<b>5.127.773</b>	<b>10.149.428</b>	<b>15.277.201</b>

(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, outras estruturas, instalações e equipamentos.

(b) Inclui material rodante (trens), sistemas de vias auxiliares.

No período findo em 31 de março de 2024, os ativos imobilizados sob concessão são demonstrados a seguir:

	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo de aquisição		31/03/2024
		Linha 4	Linha 5	
<b>Custo</b>				
Obras civis <sup>(a)</sup>		4.216.351	8.191.194	12.407.545
Sistemas <sup>(b)</sup>		1.373.469	2.421.792	3.795.261
Terrenos		217.476	839.177	1.056.653
Obras em Andamento		222.707	-	222.707
<b>Total</b>		<b>6.030.003</b>	<b>11.452.163</b>	<b>17.482.166</b>
<b>Depreciação</b>				
Obras civis <sup>(a)</sup>	1,25%	(555.704)	(687.183)	(1.242.887)
Sistemas <sup>(b)</sup>	2,90%	(264.714)	(279.284)	(543.998)
<b>Total</b>		<b>(820.418)</b>	<b>(966.467)</b>	<b>(1.786.885)</b>
<b>Total do imobilizado sob concessão</b>		<b>5.209.585</b>	<b>10.485.696</b>	<b>15.695.281</b>

(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, outras estruturas, instalações e equipamentos.

(b) Inclui material rodante (trens), sistemas de vias auxiliares.

## 9 Intangível

### 9.1 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Taxa média ponderada	Saldo em 31/12/2024	Adições	Saldo em 31/03/2025
Softwares	20% a.a.			
Custo de Aquisição		200.644	7.363	208.007
Amortização		(151.885)	(8.232)	(160.117)
Total do intangível		<u>48.759</u>	<u>(869)</u>	<u>47.890</u>

## 10 Remuneração dos administradores

Os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus dirigentes são estabelecidos de acordo com plano de cargos e salários, de benefícios e por legislação específica.

Nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024, os totais de remuneração (salários, honorários, gratificações, adicionais, férias e 13º salário), participação nos resultados, encargos sociais, benefícios (assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação e seguro de vida) e previdência suplementar dos administradores, remuneração dos Conselhos e do Comitê de Auditoria são apresentados a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024
Administradores		
Remuneração	881	661
Participação nos resultados - PPR	-	22
Encargos sociais	128	94
Benefícios	96	86
Previdência suplementar	30	30
Total	<u>1.135</u>	<u>893</u>
Conselhos e Comitê de Auditoria	559	654
Total no período	<u>1.694</u>	<u>1.547</u>
Número de Membros (ao fim do período)		
Conselho de Administração	10	11
Conselho Fiscal - efetivos	5	5
Comitê de Auditoria Estatutária	4	4
Diretoria Executiva	<u>5</u>	<u>5</u>

No período findo em 31 de março de 2025, o maior honorário pago para diretor estatutário foi de R\$ 32.908,97 e para diretor não estatutário R\$ 39.945,39, respectivamente (R\$ 32.908,97 e R\$ 34.572,89 no período findo em 31 de março de 2024).

## 11 Fornecedores

	31/03/2025	31/12/2024
Terceiros nacionais		
Fornecedores de sistemas	202.585	136.341
Empreiteiras - obras civis	106.568	78.393
Prestação de serviços	71.323	90.742
Outros	95.492	30.113
Energia elétrica	5.494	5.320
Fornecedores nacionais	481.462	340.909
Fornecedores internacionais	5.826	24.014
Total	487.288	364.923

## 12 Debêntures

Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2024						31/03/2025				
		Circulante	Não circulante	Total	Juros incorridos	Amortização de custos	Juros pagos	Pagamento de principal	Circulante	Não circulante	Total	
Debêntures	04/2027	CDI + 4,5%	112.986	149.975	262.961	10.309	451	(10.146)	(28.571)	113.149	121.855	235.004
Total			112.986	149.975	262.961	10.309	451	(10.146)	(28.571)	113.149	121.855	235.004

### 12.1 Debêntures

Em 25 de abril de 2022, a Companhia concluiu a 2ª emissão pública por meio da emissão de 400 mil debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de garantir o nível de liquidez de suas atividades operacionais. O montante total captado foi de R\$ 400.000 a taxa de juros correspondente à remuneração de 4,50% a.a. + CDI., com vencimento em 25 de abril de 2027. Os custos de emissão totalizaram R\$ 9.021 e são amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação.

Nos primeiros 18 meses da emissão, os juros foram pagos semestralmente, e a partir de novembro de 2023, a Companhia passou a realizar o pagamento dos juros e a parcela do principal da dívida de forma mensal.

A emissão conta com garantia de cessão fiduciária do fluxo de venda de bilhetes unitários (*QR Code*), sendo que o valor mínimo para fazer frente aos pagamentos dos juros remuneratórios são mantidos em caixa restrito.

No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia possui o montante de R\$ 38.579 mantido como caixa restrito, conforme nota explicativa nº 6.

As debêntures possuem cláusula de vencimento antecipado relacionada a manutenção da capacidade de pagamento da Companhia, e relacionado ao montante de empréstimo contraído ("índice financeiro"), o qual não deve ser superior ao limite de dívida bruta de R\$ 700.000, sendo considerado no montante os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídas as debêntures e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativo de dívidas. No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia possui endividamento inferior ao limite estabelecido.

## 12.2 Cronograma de vencimento

O cronograma de vencimento das debêntures, líquido dos custos de emissão, é apresentado abaixo:

	2025	2026	2027	Total
Debêntures	85.028	112.481	37.495	235.004
Total	85.028	112.481	37.495	235.004

## 13 Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	251	171
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	17.831	34.723
PIS e Cofins - sobre receitas não tarifárias e importação	2.984	4.241
PIS, COFINS e CSLL - retenção da contratação de serviços	5.098	7.618
Contribuição previdenciária sobre receita bruta - CPRB	3.436	3.831
Parcelamentos tributários	-	72
Outros impostos e contribuições <sup>(a)</sup>	1.044	473
Total	30.644	51.129

(a) Inclui valores a recolher relativos a ISS, ICMS e CIDE.

## 14 Remunerações e encargos a pagar

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante		
Férias	123.776	139.014
Encargos sociais	72.823	62.508
13º salário	20.713	-
Salários e rescisões a pagar	13.672	637
Incentivo benefício saúde - PDI	12.282	12.572
Parcelamentos previdenciários <sup>(a)</sup>	2.151	4.257
Participação no resultado - PPR	11.170	-
Outros valores a pagar <sup>(b)</sup>	2.358	2.356
Total	258.945	221.344
Não circulante		
Parcelamentos previdenciários <sup>(a)</sup>	25.702	25.251
Incentivo benefício saúde - PDV/PDI	2.025	4.579
Total	27.727	29.830
Total geral	286.672	251.174

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia aderiu ao parcelamento previdenciário referente aos débitos de INSS FAP do ano de 2016, no montante de R\$ 15.471, o qual será liquidado em 60 parcelas mensais.

(b) Inclui pensões judiciais.

## 14.1 Plano de desligamento incentivado

### i) Programa de Desligamento Incentivado – PDI - Ano 2022

A Companhia promoveu um Programa de Desligamento Incentivado – PDI cujo período de adesão inicial dos colaboradores iniciou em 13 de dezembro de 2021 e se encerrou em 14 de janeiro de 2022.

Desde o início do programa, a Companhia desligou 742 colaboradores e o custo total incorrido foi de R\$ 272.669, sendo que no exercício de 2024 os custos incorridos foram de R\$ 53.005.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia encerrou o referido programa.

### ii) Programa de Desligamento Incentivado – PDI - Ano 2023

Em 17 de novembro de 2023 a Companhia abriu as inscrições para o novo Programa de Desligamento Incentivado (PDI), cujo prazo de adesão inicial se encerrou em 22 de dezembro de 2023. Em 11 de novembro de 2024, o prazo para realização dos desligamentos foi prorrogado por mais 12 meses, e em 07 de fevereiro de 2025, a Companhia reabriu as inscrições para o programa, cujo prazo se encerrou em 21 de março de 2025.

Desde o início do programa, a Companhia desligou 412 colaboradores e para concluí-lo, ainda é necessária a conclusão do desligamento de 250 colaboradores, totalizando 662 inscritos.

Os desligamentos iniciaram no exercício de 2024, e os custos incorridos foram de R\$ 146.937. A estimativa para concluir o desligamento dos 250 colaboradores remanescentes é de R\$ 87.720.

Os colaboradores inscritos no programa só podem ser desligados mediante aceite da Companhia. Os benefícios financeiros oferecidos pelo programa consistem no pagamento de verbas rescisórias e de abono pecuniário para o custeio do plano de saúde por um período de até 24 meses.

O programa prevê que a Companhia tenha o poder de aceitar a adesão do colaborador, bem como as datas de desligamento, considerando a capacidade financeira da empresa e o impacto nas atividades das áreas.

## 15 Adiantamento de clientes

	31/03/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>		
Créditos em poder do passageiro	26.855	26.526
Arrendamentos a apropriar	804	329
Centros comerciais <sup>(a)</sup>	12.884	9.031
Outros	4.238	4.847
<b>Total</b>	<b>44.781</b>	<b>40.733</b>
<b>Não circulante</b>		
Centros comerciais <sup>(a)</sup>	690.907	422.274
Arrendamentos a apropriar	8.953	4.767
Outros	338	338
<b>Total</b>	<b>700.198</b>	<b>427.379</b>
<b>Total geral</b>	<b>744.979</b>	<b>468.112</b>

<sup>(a)</sup> Em 31 de março de 2025, inclui R\$ 298.156, no curto e longo prazo, de adiantamento de clientes do Consórcio Shopping Metro Itaquera, o qual se refere à antecipação das remunerações recebidas pela Companhia pelo direito de uso dos terrenos ao norte da Estação Corinthians – Itaquera, assim como pela extensão da vigência contratual em 20 anos. Inclui também R\$ 279.358, no curto e longo prazo, de adiantamento de clientes do Consórcio Condeshop, concessionário dos Shoppings Metrô Tatuapé e Boulevard Tatuapé, referente à antecipação de receitas e pelo direito de uso dos terrenos adjacentes à estação Tatuapé do Metrô, assim como pela extensão da vigência contratual em 50 anos.

## 16 Transações com partes relacionadas

		31/03/2025			31/12/2024		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Partes relacionadas	Natureza da principal operação						
<b>Ativos</b>							
GESP	C/R - Serviços de transporte <sup>(a)</sup>	105.231	-	105.231	61.466	-	61.466
Metrus - Instituto	C/R - Parcelamento dep. Judicial <sup>(b)</sup>	-	105.970	105.970	-	97.560	97.560
Outros	C/R - Diversos <sup>(c)</sup>	2.830	-	2.830	991	-	991
		<u>108.061</u>	<u>105.970</u>	<u>214.031</u>	<u>62.457</u>	<u>97.560</u>	<u>160.017</u>
<b>Passivos</b>							
CBTU	C/P - Convênios <sup>(d)</sup>	(3.874)	(210.196)	(214.071)	(3.874)	(211.165)	(215.039)
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde <sup>(e)</sup>	(23.036)	-	(23.036)	(23.073)	-	(23.073)
Metrus - Instituto	C/P - Parcelamento <sup>(f)</sup>	(3.524)	(21.144)	(24.667)	(3.524)	(21.730)	(25.254)
lamspe	C/P - Saúde <sup>(g)</sup>	(222)	-	(222)	(417)	-	(417)
		<u>(30.656)</u>	<u>(231.340)</u>	<u>(261.996)</u>	<u>(30.888)</u>	<u>(232.895)</u>	<u>(263.783)</u>
<b>Patrimônio líquido</b>							
GESP	C/S - Afac <sup>(h)</sup>	-	-	(933.682)	-	-	-
GESP	C/S - Integralização de capital <sup>(i)</sup>	-	-	-	-	-	(4.087.644)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(933.682)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.087.644)</u>

		31/03/2025	31/03/2024
Resultado	Natureza		
GESP	Receita tarifária - apoio a PPP <sup>(j)</sup>	209.568	206.575
GESP	Receita com gratuidades <sup>(k)</sup>	132.193	116.998
CBTU	C/P - Convênios <sup>(d)</sup>	969	969
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde <sup>(e)</sup>	(61.599)	(57.276)
Metrus - Instituto	C/P - Parcelamento <sup>(f)</sup>	(502)	(741)
lamspe	C/P - Saúde <sup>(g)</sup>	(671)	(479)
Administração	Despesas com folha <sup>(l)</sup>	(1.694)	(1.547)
Total		<u>278.264</u>	<u>264.499</u>

- (a) Montantes a receber do Governo do Estado de São Paulo referentes a ressarcimentos da operação de transporte de passageiros, conforme nota explicativa nº 4.1. O saldo inclui também os valores referentes a gratuidades legalmente concedidos aos passageiros.
- (b) Refere-se ao valor de principal pago pela Companhia ao Metrus em decorrência de acordo de ressarcimento do depósito judicial realizado no âmbito do processo movido pela EMTEL.
- (c) Conforme demonstrado na nota 4.1 (a) Contas a receber, líquidos, refere-se a ressarcimento pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP. Inclui também notas de débito referente a serviços diversos prestados pela Companhia às empresas ligadas.
- (d) O saldo do passivo corresponde ao montante a apropriar ao resultado da subvenção para investimento recebida da CBTU.  
O montante contido no resultado corresponde a receita apropriada no período.
- (e) O saldo do passivo ao Metrus – Instituto de Seguridade Social, referente à contribuição da patrocinadora sobre os planos de previdência privada (Plano I e Plano II) e assistência médica de seus empregados.  
O montante contido no resultado corresponde a despesa reconhecida no período.
- (f) Refere-se a honorários advocatícios no âmbito do processo movido pela EMTEL, dos quais a Companhia deve ressarcimento ao Metrus.
- (g) O saldo de repasse ao lamspe – Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, referente a assistência médica dos empregados que aderiram ao plano.
- (h) Refere-se ao adiantamento para futuro aumento de capital social, realizado pelo Gesp.
- (i) Refere-se ao aporte de capital social realizado pelo GESP.
- (j) Refere-se a parcela da receita tarifária que é ressarcida pelo GESP, em virtude do modelo de apoio às Parcerias Público-Privadas - PPP, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto das concessões no sistema de arrecadação.
- (k) Reconhecimento de receita proveniente do transporte de passageiros com benefício de gratuidade conforme nota explicativa nº 20.
- (l) Trata-se de valor pago a título de honorários de Diretoria Executiva, Conselhos e Comitê.

## 17 Planos de previdência suplementar

### 17.1 Planos de benefícios

A Companhia assegura o custeio de planos de aposentadoria suplementar vitalícia estruturados na modalidade de benefício definido (Plano I) e contribuição definida (Plano II) voltados aos seus empregados e administrados pelo Metrus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, na qual o Metrô é patrocinadora.

#### i) Benefício definido (Plano I)

Concedido a empregados até 1999, com contribuições fixas, prevendo o pagamento de benefícios de renda suplementar vitalícia para participantes com no mínimo 60 anos de idade e 10 anos de participação no plano.

#### ii) Contribuição definida (Plano II)

Concedido a empregados após 1999 e para participantes que aceitaram a migração do Plano I, prevendo contribuições fixas, podendo ser suplementadas de contribuições variáveis e que, ao final, pode chegar à mesma estrutura de pagamento dos benefícios, nas mesmas condições de tempo de participação no plano e idade aplicados no Plano I.

Ambos os planos são limitados à curva de remuneração do saldo da cota vigente ao participante quando este é elegível ao benefício, e são limitados a até 70% da remuneração atual do profissional.

A diferença é que: no Plano I, o participante tem assegurado pela patrocinadora o direito ao benefício de 70% da remuneração, se cumprido o plano de contribuições e independentemente da performance de ativos e passivos financeiros do plano; no Plano II, os valores dos benefícios estão condicionados aos aportes adicionais que o participante pode realizar e à performance dos ativos e passivos do plano.

A Companhia oferece o benefício de pensão por morte ao participante assistido e de aposentadoria por invalidez.

### 17.2 Movimentação do passivo atuarial líquido e valor justo dos ativos do plano e obrigações atuariais

	Plano I
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	120.488
Custo do serviço corrente	3.183
Juros sobre obrigação atuarial	11.209
Contribuições da patrocinadora	(5.662)
Ganhos atuariais - ORA (2024)	(39.624)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	89.594
Juros sobre obrigação atuarial	2.144
Saldo final em 31 de março de 2025	91.738
Valor presente das obrigações atuariais	1.503.615
Valor justo dos ativos do plano	(1.411.877)
Passivo líquido em 31 de março de 2025	91.738
50% sob responsabilidade da Cia do Metrô	45.869

No período findo em 31 de março de 2025, o montante de benefícios pagos conjuntamente pelos dois planos é de R\$ 50.417. (Em 31 de março de 2024, o montante pago foi de R\$ 53.388).

## 18 Provisão para processos judiciais

A Companhia é polo passivo em uma série de ações judiciais referentes ao curso normal dos negócios, incluindo ações nas esferas trabalhista, cível, tributária e previdenciária.

Os prazos e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais.

A composição da provisão para processos judiciais é apresentada abaixo:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Atualizações monetárias / recálculo do valor em risco	Liquidações/ reversões	Saldo em 31/03/2025
Trabalhistas	234.408	7.499	7.657	(35.280)	214.284
Cíveis	1.188.512	321	37.840	(4.119)	1.222.554
Tributários e previdenciários	9.397	-	352	-	9.749
<b>Total</b>	<b>1.432.317</b>	<b>7.820</b>	<b>45.849</b>	<b>(39.399)</b>	<b>1.446.587</b>

### 18.1 Processos trabalhistas

No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia figura no polo passivo em 3.577 processos de natureza trabalhista (3.646 processos em 31 de dezembro de 2024).

Os processos trabalhistas estão relacionados, principalmente, aos pleitos sobre periculosidade, equiparação salarial e horas extras.

### 18.2 Processos cíveis

No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia figura no polo passivo em 661 processos de natureza cível (652 processos em 31 de dezembro de 2024).

Os processos cíveis estão relacionados, principalmente, a pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual e indenizações por dano material e moral. Dentre os processos cíveis, destacam-se, pela sua relevância, as ações descritas a seguir:

#### Processo Turma da Rua

Conforme convênio celebrado em outubro de 1988, o Metrô assumiu a responsabilidade pela administração do Programa Turma da Rua, permanecendo o Metrô responsável por todos os custos dele decorrentes, em atenção às determinações do GESP. Neste sentido, o Metrô repassou os recursos necessários ao Metrô para a liquidação das obrigações. A mão de obra para a execução deste Programa foi terceirizada com a contratação da EMTEL – Recursos Humanos e Serviços Terceirizados Ltda.

O contrato com a EMTEL foi encerrado em 06 de março de 1995, quando a administração do Programa voltou à responsabilidade do Metrô, a título emergencial, uma vez que os serviços não podiam ser interrompidos e não havia possibilidade legal de prorrogação do contrato.

Existem, atualmente, demandas judiciais entre EMTEL e Metrô, onde se discutem indenizações trabalhistas acrescidas de custas processuais, correção monetária, juros de mora e de honorários advocatícios, que o Instituto não reconhece como sua obrigação. Adicionalmente, foram movidas diversas reclamações trabalhistas contra a EMTEL, nas quais o Metrô também poderá vir a ter de responder solidariamente pelas obrigações decorrentes.

Assim, em decorrência do convênio celebrado entre o Metrô e Metrus, quaisquer despesas provenientes destes processos, desde que devidas pelo Instituto, serão, ao final, suportadas pelo Metrô e pelo GESP. No período findo em 31 de março de 2025, o montante provisionado para esta contingência, por conta de sua probabilidade provável, é de R\$ 964.684 (R\$ 936.353 em 31 de dezembro de 2024).

## 18.3 Processos tributários e previdenciários

No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia figura no polo passivo em 265 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária (Em 31 de dezembro de 2024, são 298 processos).

De maneira geral, os processos tributários e previdenciários estão relacionados, principalmente, a isenções de cobrança do ISS referente a demolições, multas aplicadas e discussões sobre a incidência de diversos tributos.

## 18.4 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificada pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível.

	31/03/2025	31/12/2024
Trabalhistas <sup>(a)</sup>	480.202	392.397
Cíveis <sup>(b)</sup>	4.418.609	4.613.425
Tributários e previdenciários	40.890	39.739
Total	<u>4.939.701</u>	<u>5.045.561</u>

(a) Os principais pleitos dos processos trabalhistas se referem a: equiparação salarial entre empregados, reintegração ao quadro de empregados, e base de cálculo das horas extras.

(b) Os dez maiores processos judiciais cíveis, não provisionados, tem como autor da ação as seguintes empresas: Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (2 processos), Corsan-Corviam Construccion S.A do Brasil, Consórcio Construcap-Constran, Camargo Corrêa, Bombardier Transportation Brasil Ltda (3 processos), Consórcio Linha Amarela, Snef Serviços e Montagens Ltda e Inepar S/A Indústria E Construções. Esses processos possuem estimativa de perda no montante de R\$ 2.976.916 e se referem principalmente a pleito de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos firmados com a Companhia. Os demais processos no montante de R\$ 1.441.693 estão distribuídos em diversas ações e compõem o saldo total classificado como perda possível. (Em 31 de dezembro de 2024, a estimativa de perda dos dez maiores processos cíveis não provisionados era de R\$ 3.130.752).

## 19 Patrimônio líquido

### 19.1 Capital autorizado

A Companhia atua sob regime de capital social autorizado cujo montante, conforme retratado no Artigo 3º do Estatuto Social, é de R\$ 52.674.522.

O Conselho de Administração pode deliberar o aumento do capital dentro do limite autorizado e uma vez consultado o Conselho Fiscal, conforme Artigo 14º, inciso XIII do Estatuto Social da Companhia.

## 19.2 Capital social

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e realizado é de R\$ 52.492.032, composto por 10.108.988 ações ordinárias de classe única, nominativas, sem valor nominal e com direito a um voto cada.

No período findo em 31 de março de 2024, a Companhia registrou o montante de R\$ 933.682 a título de adiantamento para futuro aumento de capital. Tais recursos são provenientes de seu acionista majoritário.

A composição do capital social é apresentada abaixo:

Acionista	31/03/2025		31/12/2024	
	Quantidade - ON	%	Quantidade - ON	%
Fazenda do Estado de São Paulo - FESP	9.905.781	97,99%	9.905.781	97,99%
Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP	202.032	2,00%	202.032	2,00%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	1.171	0,01%	1.171	0,01%
Outros - ações em tesouraria	4	0,00%	4	0,00%
<b>Total</b>	<b>10.108.988</b>	<b>100,00%</b>	<b>10.108.988</b>	<b>100,00%</b>

## 20 Receita operacional líquida

	31/03/2025	31/03/2024
Receita tarifária	476.360	442.301
Gratuidades (ressarcimento) <sup>(a)</sup>	132.193	116.998
Desenvolvimento imobiliário	27.060	24.925
Varejo	17.972	21.562
Mídia e publicidade	17.709	16.237
Outros negócios	2.984	5.146
Receita não tarifária	65.725	67.870
Receita operacional bruta	674.278	627.169
Impostos sobre a receita bruta <sup>(b)</sup>	(15.889)	(17.725)
Deduções e impostos	(15.889)	(17.725)
Receita operacional líquida	658.389	609.444

<sup>(a)</sup> Receita proveniente do transporte de passageiro com benefício de gratuidade, conforme políticas públicas implementadas.

<sup>(b)</sup> No período de três meses findo em 31 de março de 2025 e 2024 inclui os montantes de R\$ 9.739 e R\$ 11.214 referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB).

# Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às informações trimestrais  
Em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



## 21 Custos dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas

	31/03/2025	31/03/2024
<b>Custos dos serviços prestados</b>		
Pessoal	(341.841)	(401.348)
Materiais	(22.692)	(22.244)
Energia elétrica de tração	(39.306)	(40.237)
Serviços	(39.065)	(39.845)
Gastos gerais	(8.858)	(1.527)
Depreciação e amortização	(196.490)	(182.772)
	<u>(648.252)</u>	<u>(687.973)</u>
<b>Despesas com vendas</b>		
Pessoal	(4.566)	(8.759)
Gastos gerais	(9)	(331)
Depreciação e amortização	(3)	(1)
	<u>(4.578)</u>	<u>(9.091)</u>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Pessoal	(122.983)	(128.996)
Materiais	(332)	(527)
Serviços	(40.153)	(40.214)
Gastos gerais	(90.362)	(70.053)
Depreciação e amortização	(11.740)	(8.142)
	<u>(265.570)</u>	<u>(247.932)</u>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>		
Receitas com a prestação de outros serviços	891	707
Multas contratuais	1.982	1.175
Créditos convênio CBTU	969	969
Baixas de imobilizados e intangível	(11)	(16)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.049	(3.083)
	<u>6.880</u>	<u>(248)</u>
	<u>(911.520)</u>	<u>(945.244)</u>

## 22 Resultado financeiro, líquido

	31/03/2025	31/03/2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	13.571	8.905
Juros ativos	536	23.251
Ajuste a valor presente	(555)	2.599
	<u>13.552</u>	<u>34.755</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas com juros e custo com emissão de dívidas <sup>(a)</sup>	(14.108)	(18.883)
Despesas com juros atuariais	(1.073)	(1.401)
Outras despesas financeiras	(859)	(658)
	<u>(16.040)</u>	<u>(20.942)</u>
<b>Variações monetárias e cambiais</b>		
Variações monetárias líquidas	(853)	458
Variações cambiais líquidas	530	(368)
	<u>(323)</u>	<u>90</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(2.811)</u>	<u>13.903</u>

<sup>(a)</sup> Do montante de R\$ 14.108 em 31 de março de 2025, (R\$ 10.309) e (R\$ 451) se referem respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados das debêntures da Companhia. Em 31 de março de 2024, os montantes são de (R\$ 13.624) e (R\$ 451), referente a respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados, conforme nota explicativa n° 12.

## 23 Imposto de renda e contribuição social

### 23.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos impostos sobre o lucro e os montantes contábeis registrados (variações de provisões diversas e cálculo do valor justo de instrumentos financeiros).

As alíquotas nominais definidas atualmente pela legislação tributária vigente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A composição do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, estão abaixo apresentados:

	31/03/2025	31/12/2024
Prejuízos fiscais	6.852.952	6.680.355
Base negativa da contribuição social	6.495.625	6.328.538

### 23.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	31/03/2025	31/03/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(255.942)	(321.897)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	87.020	109.445
Reconciliação da alíquota:		
Lei 8.200/91 - CSLL <sup>(a)</sup>	(524)	(529)
Demais adições e exclusões, líquidas	(26.501)	(26.214)
Parcela não reconhecida sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.	(59.995)	(82.702)
Total do imposto de renda e da contribuição social	-	-
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL do período	0,00%	0,00%

<sup>(a)</sup> Este ajuste de adição aplica-se somente à CSLL e decorre da diferença entre a depreciação dos ativos imobilizados corrigidos monetariamente pela Lei 8.200/91 em relação à depreciação prevista na Lei 6.404/76.

## 24 Resultado por ação

### 24.1 Básico

O resultado por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias recompradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/03/2025	31/03/2024
Prejuízo atribuível aos acionistas	(255.942)	(321.897)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias no exercício	10.109	9.110
Quantidade média ponderada de ações em tesouraria	0,004	0,004
Quantidade média ponderada de ações em circulação	10.109	9.110
Prejuízo básico por ação ordinária (Em R\$)	(25,32)	(35,33)

A Companhia não possui ações ou instrumentos conversíveis em ações que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

## 25 Instrumentos financeiros e fatores de risco

### 25.1 Classificação e mensuração

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Custo amortizado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	648.751	470.878	-	-
Contas a receber	-	-	141.806	98.718
Outros ativos	-	-	134.556	132.255
Caixa restrito	38.579	39.038	-	-
	<u>687.330</u>	<u>509.916</u>	<u>276.362</u>	<u>230.973</u>
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	-	-	487.288	364.923
Debêntures	-	-	235.004	262.961
Partes relacionadas	-	-	261.996	263.783
Passivo de arrendamento	-	-	6.675	7.254
Outras contas e despesas a pagar	-	-	5.347	5.306
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>996.310</u>	<u>904.227</u>

### 25.2 Gestão de riscos financeiros

A Administração da Companhia está voltada para a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico-financeiro. As atividades do Metrô o expõem aos seguintes fatores de riscos: políticas públicas de preços tarifários, de outros índices macroeconômicos, riscos de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de incerteza sobre a geração sustentável de caixa e de resultados da Companhia. Para gerenciar esta volatilidade, ocasionada por fatores externos, o Metrô dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos financeiros.

O processo de gestão de riscos compreende as seguintes etapas: i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxos de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; ii) mensuração e comunicação do risco mensurado; iii) avaliação e definição de estratégias para o gerenciamento dos riscos de mercado; e iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias.

Os principais fatores de riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de preços tarifários;

## 25.3 Risco de liquidez

A Companhia tem sua previsão de fluxo de caixa realizada pela Administração, a qual monitora as previsões contínuas de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e as suas obrigações.

Dada sua gestão de estrutura de capital, a Companhia substancialmente opera com o capital de giro próprio para suas atividades operacionais e para investimentos estruturais é suportada, essencialmente, via aporte de capital de seus acionistas.

### Avaliação de *Rating*

Em 31 de março de 2025, a Moody's Local revisou e manteve o Rating de emissor e da 2ª emissão de debêntures em 'AA-.br', com perspectiva estável.

## 25.4 Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, presente principalmente no contas a receber.

Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito.

Os recebíveis do GESP são avaliados individualmente e os valores contábeis correspondem à expectativa de realização sob a perspectiva da Companhia.

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa concentram-se em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco. Por decisão estratégica do GESP, os recursos financeiros do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios – SIAFEM, incluindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, são gerenciados pelo Banco do Brasil, que possui classificação BB concedida pelas agência Standard & Poor's e pela Fitch Ratings, e Baa3 concedida pela Moody's.

## 25.5 Risco de taxas de câmbio

A Companhia, eventualmente, no curso natural de seus negócios pode contratar serviços e comprar materiais e equipamentos de fornecedores estrangeiros através de seus processos de licitação, substancialmente ligados aos programas de investimentos em novas linhas metroviárias, sistemas e frota de trens, ficando desta forma exposta a oscilações cambiais quando do câmbio da data de compra até a efetiva data de liquidação das obrigações. A Companhia possui exposição cambial somente para fornecedores em moeda estrangeira, conforme nota explicativa nº 11 sujeitos à variação do dólar norte-americano.

Em 31 de março de 2025, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$ 5,7422/US\$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o possível efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em moeda estrangeira em 31 de março de 2025:

Risco	Aumento da taxa de câmbio
Taxas de câmbio referencial	5,7422
Fornecedores internacionais	5.826
Valores expostos <sup>(a)</sup>	1.015
Cenário favorável (-50%)	2.913
Cenário favorável (-25%)	4.370
Cenário adverso (+50%)	8.739
Cenário adverso (+25%)	7.283

<sup>(a)</sup> Refere-se ao saldo, em dólares americanos (US\$), de obrigações com fornecedores internacionais.

## 25.6 Risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas, bem como incremento de despesas financeiras aplicadas sobre obrigações liquidadas fora do prazo contratual.

A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, conforme nota explicativa nº 12, e portanto, está exposta a risco de taxa de juros de forma significativa. Os valores abaixo demonstram os impactos nos resultados de acordo com o cenário aplicado:

Risco	Taxas referenciais	Efeito no resultado
Valores expostos <sup>(a)</sup>	14,15%	403.017
Cenário favorável (-50%)	7,075%	(28.513)
Cenário favorável (-25%)	10,613%	(14.257)
Cenário adverso (+50%)	21,225%	28.513
Cenário adverso (+25%)	17,688%	14.257

<sup>(a)</sup> Refere-se a soma de caixa de atividades de custeio e caixa restrito, líquidos de passivo oneroso.

## 25.7 Risco de preços tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de operação fixados por política pública de preços de passagens dos transportes de passageiros aplicada na Região Metropolitana de São Paulo pela STM, ligada ao GESP.

Com a finalidade de mitigar estes efeitos, a Companhia trabalha de forma integrada junto à STM para formular estudos de viabilidade econômica e aplicação de ajustes tarifários, quando aplicáveis, aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio, tanto da parte da Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares benéficos para o resultado do Metrô.

## 25.8 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

## 25.9 Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é de assegurar a sua liquidez, índices de cobertura adequados e mitigar riscos que possam impactar a disponibilidade de capital aplicado no curso normal dos negócios.

A Companhia monitora de forma constante indicadores relevantes como: i) índice de limite máximo de endividamento, na ausência de título emitido que determine o passivo oneroso máximo, deve-se observar o limite de até 1% do total de ativos da Companhia, conforme disposto em instrumento normativo interno; ii) índice de cobertura, evidencia o quanto das entradas de caixa representam das obrigações da Companhia de forma tempestiva.

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui passivo oneroso de R\$ 235.004 (R\$ 262.961 em 31 de dezembro de 2024), conforme nota explicativa nº 12, para fins de apuração do índice de endividamento. O índice de cobertura apurado é de 94,12% no período findo em 31 de março de 2025 (103,05% em 31 de dezembro de 2024).

## 25.10 Garantias

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui garantias reais vinculadas as operações de contas a receber referente a operações de arrendamento, locações de espaços, outras receitas adjacentes e a contratos com fornecedores no montante de R\$ 6.605 (R\$ 6.574 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 26 - Cobertura de Seguros. Em 31 de março de 2025, o montante de garantias oferecidas sob a modalidade de apólice é de R\$ 454.356 (R\$ 344.002 em 31 de dezembro de 2024).

## 26 Cobertura de seguros

O Metrô mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país definidas por licitação que levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de março de 2025, a Companhia possui cobertura de seguros para cobrir possíveis riscos de perda material por incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, passageiros e construções, por valores considerados suficientes pela Administração. O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

	31/03/2025	31/12/2024
Limite máximo de indenizações		
Ativos materiais	1.188.092	1.188.092
Seguro garantia judicial	200.000	200.000
Seguro de responsabilidade civil - geral	93.500	93.500
Seguro garantia compra de energia	43.384	43.384
Seguro de responsabilidade civil - administradores	30.000	30.000
Riscos diversos	18.268	18.268
Total	<u>1.573.244</u>	<u>1.573.244</u>



**METRÔ**